

Título da obra História, Trabalho e Conhecimento nas Profissões

Autores © Telmo H. Caria (Org)
Carlos M. Gonçalves (Org)
Ana Paula Marques (Org)

Edição **Livpsic**

ISBN 978-989-8148-35-3

Data de Edição Outubro 2009

Contactos e Pedidos

Livpsic
Livraria da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Tel.: +351 220156971
www.livpsic.com
livpsic@livpsic.com / geral@legis.pt

Concepção gráfica da capa: Fernando Pereira

Foto da capa: Fernando Pereira, "Bem-me-quer", Óleo s/tela, 2009.

Nota: Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo, fotocópia ou gravação, sem autorização prévia da editora.

Exceptua-se desta proibição a transcrição de curtas passagens para efeito de apresentação crítica ou debate dos textos desta obra, que porém não revistam carácter antológico ou similar.

Os infractores incorrem em procedimento judicial.

• Direitos desta obra reservados para Portugal por Livpsic e Legis Editora

História, Trabalho e Conhecimento nas Profissões

Telmo H. Caria
Carlos M. Gonçalves
Ana Paula Marques
(orgs.)

*Rede temática de investigadores sobre
Educação, Trabalho e Conhecimento em
Grupos Profissionais (Rede GP_etc)*

*Actas do I Colóquio Internacional sobre Grupos Profissionais
X Seminário ASPTI
Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Novembro de 2007*

Grupos profissionais no contexto da sociedade do conhecimento

Breve comentário ao capítulo 3

Ana Paula Marques¹

Antes de tudo, agradeço o convite e a oportunidade concedidos para, simultaneamente, participar e comentar a conferência do colega Jorge Ávila de Lima sobre uma temática que me tem vindo a interessar particularmente nos últimos tempos no quadro da minha actividade de docente e investigadora e, presentemente, enquanto membro desta rede GP_etc.

Irei proceder a um comentário a partir dos pressupostos e conceitos centrais apresentados pelo autor da conferência, acrescentando-lhes as inquietações que me foram sendo suscitadas ao longo da leitura. Desejo, por isso, que a minha participação, na senda do que tenho vindo a produzir no âmbito destes seminários e encontros, permita contribuir para aprofundar e cruzar olhares diferenciados sobre a temática dos grupos profissionais e das informações substantivas resultantes de investigações realizadas. Iremos assumir a expressão “grupos profissionais” como estratégia convergente da análise das “profissões” pela tradição anglo-saxónica e francófona. Esta vertente tem sido sistematicamente apresentada por Dubar (1991) e é seguida, actualmente, por diversos autores (Dubar e Tripier, 1998; Olgiati, Orzack e Saks, 1998).

1. No quadro GP_etc: um olhar transversal

Com o objectivo de actualização, reflexão e construção de conhecimento científico, o projecto internacional PROFKNOW, aqui apresentado pelo Jorge Ávila de Lima, é bem ilustrativo de algumas das questões de debate em torno dos processos de “reestruturação” das políticas no contexto do Estado-providência e, por sua vez, nos contextos organizacionais em que os vários grupos profissionais desempenham a sua actividade, na regulamentação de carreiras profissionais e auto-regulação da actividade e nos modelos de formação das profissões que se desenvolvem em instituições de ensino superior (e.g. condições de acesso, *curricula*, acreditação). Enquanto movimento global e transnacional, os fenómenos de reestruturação em curso assentam numa lógica neo-liberal alimentada pelas tendências de descentralização, desregulação, privatização e mercantilização das relações diversas e heterogéneas entre os vários actores individuais/ colectivos e organizacionais/ institucionais.

Apresentando alguns resultados nacionais e internacionais obtidos no quadro do projecto foi possível contribuir para a reconceptualização do trabalho e conhecimento científico, em particular, dos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e

¹ Socióloga e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (amarques@ics.uminho.pt).

dos enfermeiros, tendo como pano de fundo as “reestruturações” observadas nos processos de trabalho e nos modelos de gestão/ governação na “sociedade de conhecimento”. Justamente, a questão central que norteia a investigação é a seguinte: “Como se relacionam as culturas profissionais com a produção e a manutenção de uma sociedade do conhecimento”. Para o desenvolvimento da mesma, o autor mobiliza os conceitos de “cultura epistémica” e “comunicação em sistemas”.

Ora, o enquadramento teórico para o desenvolvimento deste projecto aproxima-se dos estudos recentes sobre as transformações observadas nas práticas de trabalho de inúmeros grupos profissionais. O debate que tem estado presente, sobretudo a partir dos anos oitenta do século XX (Burrage e Torstendahl, 1990), apresenta-se particularmente importante no quadro dos objectivos do GP_etc, já que se procura compreender mais amplamente as relações entre:

Educação: sistema estruturado a partir de uma lógica autónoma (relativa) e com o objectivo da acumulação de conhecimentos/ disposições e orientações simbólico-ideológicas de várias espécies;

Trabalho: sistema estruturado a partir de uma lógica autónoma (relativa) de acumulação económica, sendo definido a partir de configurações tecnológicas e organizacionais diversificadas;

Conhecimento técnico-científico: sistema estruturado de saberes proposicionais e práticos que, fundado naquelas relações educativa e produtiva, recebe a sua legitimação no quadro da relação entre Estado e actores institucionais (ensino superior, ordens e associações diversas) que fazem parte da sociedade em geral.

Igualmente, esse debate teórico sobre as transformações ocupacionais com base nos processos de profissionalização em curso tem sido sistematizado por vários autores nacionais (Gonçalves, 2006; Carapinheiro e Rodrigues, 1998) e internacionais (Evetts, 2003; Dubar e Tripier, 1998).

Na verdade, o desenvolvimento e a crescente importância das profissões e organizações na estruturação e divisão social do trabalho constituem um dos fenómenos mais importantes da vida social desde o século XIX. O processo de burocratização e o desenvolvimento da educação profissional especializada introduzem questões teóricas novas, tais como: a polarização das perspectivas de análise (profissionalização *versus* desprofissionalização); a reivindicação de estatuto de “profissão” para um número crescente de ocupações; a diversificação das estratégias de profissionalização; e a heterogeneidade de protagonistas (*e.g.* Estado, associações, agentes económicos, consumidores). Assim, no quadro global das transformações económicas, políticas e sociais os debates têm evidenciado, nas décadas mais recentes², uma vitalidade crescente patente na assunção dos seguintes pressupostos que integram diferentes eixos históricos, sociológicos e jurídicos dos grupos profissionais.

Antes de mais, as profissões representam formas históricas de organização social, de categorização das actividades de trabalho que assumem uma dimensão política inseparável da questão da relação entre o Estado e os indivíduos. Está aqui em questão uma vertente política na análise dos grupos profissionais. Em seguida, as profissões são, também, formas históricas de realização de si, quadros de identificação subjectiva e de expressão de valores de ordem ética e culturais. Portanto, a vertente ético-cultural encontra-se inseparável dos processos e contextos institucionais de construção de disposições e atitudes, de culturas e identidades profissionais. As profissões são, por fim, formas históricas de associação (aliança) de actores que defendem os seus interesses, tentando assegurar e manter o “fechamento” do seu mercado de trabalho, seja através do monopólio das suas actividades e clientes, do emprego estável e uma remuneração elevada, de reconhecimento social do seu “saber”, do sistema de conhecimentos que

² Nas décadas 60/ 70 do século XX, a aociologia das profissões foi objecto de fortes críticas por parte de autores da “escola revisionista”, colocando em questão o seu próprio objecto teórico e a legitimidade de um campo disciplinar em torno das profissões.

configura um domínio próprio de *perícia*. Esta vertente económica tem vindo a assumir visibilidade crescente no actual quadro de competitividade e globalização dos Estados-nação.

São muitas as mudanças em curso. No sistema económico e no mercado de trabalho registam-se taxas de desemprego elevadas e grupos profissionais emergentes; no sistema educativo, observa-se uma estrutura de oferta de cursos diversificada, a par de um alargamento da base social de recrutamento dos públicos estudantis, com o acesso crescente de mulheres em cursos até então do domínio masculino, como, por exemplo, as engenharias, as ciências dita exactas. A este propósito, Lucas e Dubar (1994) identificam três grandes evoluções transversais aos diferentes contextos nacionais de desenvolvimento das “profissões”: *i*) a tendência para a globalização; *ii*) o individualismo crescente das trajectórias e estratégias profissionais; *iii*) e a crescente feminização do mercado de trabalho.

Estas evoluções são referências inequívocas de mudanças económicas, tecnológicas, organizacionais, sociais e culturais (Castells, 1996). As segmentações que decorrem das áreas de profissionalização, de género e de idade, que tendem a configurar as diversas condições do exercício profissional, confluem para uma certa fluidez das identidades socioprofissionais em causa (Marques, 2006)³ e, por conseguinte, da percepção da auto-regulação da actividade profissional.

2. Sociedade de conhecimento, governação e acção pública

A reforçar aquele argumento da não homogeneidade e linearidade dos processos de profissionalização das várias ocupações por parte de profissionais que mobilizam conhecimentos técnico-científicos formais, é-nos possível referenciar, ainda que brevemente, alguma das ideias centrais que contribuem para que o debate se faça a um nível mais complexo de intersecções com pontos diferenciados. Para a sustentação deste debate, os resultados empíricos obtidos no quadro do projecto PROFKNOW são relevantes a vários níveis.

Com efeito, a crescente internacionalização das economias, instituições, valores e estilos de vida, tem conduzindo a uma interacção social abrangente e integrativa, mas também a uma crescente tensão entre a complexa malha de forças, de interesses e de convicções, que constituem as sociedades modernas e os diferentes agentes sociais e económicos). Assim, “segundo espírito do capitalismo” (Boltansk, Chiappello, 1999: 237) tem sido difundido uma alegada valorização de “cultura de risco” (Beck, 1992), individualidade e reflexividade (Giddens, 1992, 1994), da “liquidez” das relações quotidianas (Bauman, 2000).

A nova abordagem às políticas públicas na corrente designada por *New Public Management* (Nova gestão Pública) resulta quer da atribuição de critérios privados na gestão de organizações públicas (e.g. atribuição de funções de gestão a profissionais; definição de padrões explícitos de desempenho; adopção de formas de medida desse desempenho baseadas na análise dos resultados alcançados; racionalização dos custos; maior proximidade das entidades responsáveis pela oferta de serviços ao utente que os procura), quer da promoção de uma maior competição, através da contratação externa de serviços (e.g. *outsourcing*) e da instituição de “quasi-mercados”, assim como da aposta no exercício do direito de escolha por parte dos clientes/utentes como princípio basilar do funcionamento dos sistemas públicos de oferta de serviços. Na prática, este movimento tem como objectivo colocar no mercado “livre” produtos e serviços que, postos nas mãos do capital globalizado, deixam de estar sob a alçada do Estado, mas aos quais quase só podem aceder os que possuem os recursos económicos necessários (cf. Kickert, 1997; Osborne, 2002).

³ Neste caso, os critérios de distinção/ identificação identitária inter/intra grupos sociais tendem a sofrer de alguma erosão pelo desempenho de actividades muito próximas, pela imposição de modelos de gestão, entre outros aspectos.

O enfraquecimento de certos referentes do Estado-providência, como sejam a estabilidade de emprego e a garantia de certos direitos/ concessões profissionais é visível, por exemplo, com as actuais transformações no código de trabalho. A presumida entrada em vigor, a partir de Janeiro de 2009, da Lei nº 12-A/20008 de 27 de Fevereiro afectará os diversos corpos profissionais que trabalham sob a alçada directa do Estado e em contacto com o grande público. O fim do estatuto de “funcionário público” e a sua subjugação a um “contrato de trabalho em funções públicas” não exprime apenas uma mudança terminológica. Ela representa e enfatiza a “contratualização liberal individualista” (Santo, 1998) dominante na definição das relações de trabalho e de emprego.

Por sua vez, assiste-se à não linearidade do processo de profissionalização dos vários grupos de actividade económica, sendo possível identificar processos diferenciados de recombinação de saberes e competências que podem seguir sentidos positivos, negativos e compósitos. Por um lado, há a percepção da importância quer do conhecimento “codificado”, formal, obtido, mas também do conhecimento “tácito”, ou seja, do conhecimento recontextualizado, tomando como base os parâmetros das situações de trabalho concretas; por outro, a auto-concepção sobre como se deve fazer o trabalho, ou seja, a assumpção do monopólio do conhecimento, por parte dos grupos profissionais, pressupõe a incorporação de responsabilidade e autonomia como traços constitutivos e estruturante da sua profissionalidade que funcionam como *modus operandi* na resolução de imprevistos e incertezas. Porém, esses traços coexistem com outros denunciadores de uma profissionalidade enformada por uma certa lógica *taylorista*, tais como as “exigências de documentação do trabalho” e “as opiniões dos clientes/alunos/utentes”, referidos pelo autor, como factores que podem influenciar os desempenhos profissionais de professores e enfermeiros nos países em estudo (Suécia, Finlândia e Irlanda). Igualmente, interferem nas práticas profissionais a intensificação do ritmo de trabalho e a existência de formas subtis de controlo social, seja pela pressão interna relacionada com a proliferação de normas, procedimentos, standards, formulários que têm de ser seguidas e cumpridas (“exigências de documentação do trabalho”), seja pelas exigências de eficiência e eficácia, centrada na lógica de resultados, seja, ainda, pela pressão do meio envolvente sobre as organizações e seus trabalhadores (*e.g. rankings* de escolas).

Portanto, os professores e os enfermeiros, enquanto participantes em “comunidades de prática”, mobilizam *conhecimento situado* em contextos e lógicas organizacionais específicas, bem como em intersecção entre o Estado e a Sociedade. É neste sentido que se poderá compreender o impacto da sociedade do conhecimento, para lá do que se poderá entender por isso mesmo. De resto, a este respeito, Jorge Ávila de Lima é claro na sua delimitação conceptual e nas ilações/ consequências daí decorrentes no que diz respeito ao trabalho, em especial, ao modo como os professores e enfermeiros constroem e manuseiam o seu conhecimento profissional. Com efeito, tendo presente que uma das questões essenciais do projecto consiste em analisar as implicações da reestruturação educacional para as culturas epistémicas, em especial a dos professores, as conclusões obtidas ilustram aqueles efeitos contraditórios e colocam algumas interrogações quanto ao contributo do conhecimento profissional.

A centragem nos convencionais “mediadores” que funcionam como canais de ligação da actividade profissional dos professores (*e.g. alunos, pais, colegas de escola*) explica, em grande medida, o facto de estarmos, ainda, perante um “sistema de trabalho auto-centrado”, por parte dos grupos profissionais que trabalham sob a alçada do Estado. Ora, um dos postulados da sociedade do conhecimento, reforçado com a difusão da Nova Gestão Pública, têm sido o de desenvolver justamente a capacidade contínua de governação auto-regulada dos grupos profissionais. Isto significa que estes são obrigados a mobilizar uma multiplicidade de variáveis em contexto incerto e globalizado, gerir redes complexas de processos e de comportamentos de diferentes actores sociais (*e.g. grupos profissionais, parceiros sociais, grupos de pressão, grupos políticos, instituições sociais e empresas privadas*), responder com eficácia e eficiência aos objectivos ou resultados que definem a missão do serviço, disponibilizando-se adequados sistemas de motivação, avaliação e compensação do mérito (*e.g. avaliação de desempenho*).

Face aos principais resultados obtidos neste projecto que passam por não ter sido identificada uma tendência para a “erosão das culturas epistémicas”, em transição para a sociedade do conhecimento, é relevante ter presente que, nos últimos três anos, as mudanças nas políticas educativas e de saúde em Portugal poderão contribuir para se reequacionar os impactos da reestruturação nos grupos profissionais dos professores e enfermeiros⁴.

As transformações das condições de exercício das profissões, do prestígio ou *status*, a complexidade interna das mesmas e a segmentação do mercado de trabalho, suscitam algumas reflexões sobre a permanência ou alteração/reformulação dos referenciais dos grupos profissionais. Até que ponto a cultura epistémica fragmentada e individualista que define o desempenho profissional, sobretudo, dos professores não agravará as transformações nas relações *de e no* trabalho, em particular as que se prendem com as formas “subtis” de dominação nos quotidianos de trabalho? Quais os contornos da mobilização de competências e de confiança no quadro de relações definidas pela instabilidade e vulnerabilidade da relação de trabalho e emprego, que, no limite, prefiguram uma ruptura de relações duráveis, em especial de culturas de trabalho (Moreno, 1999; Sennett, 2001)⁵? Na produção de culturas epistémicas, serão mobilizados referenciais de natureza eminentemente científica e técnica? Ou serão referenciais compósitos baseados no monopólio de um saber certificado e exclusivo e na afirmação de uma natureza simbólica-identitária distinta e distintiva e outros grupos profissionais?

Por sua vez, as premissas que sustentam a Nova Gestão Pública têm vindo a ser aplicadas aos diversos sectores e organismos públicos, privilegiando-se um conjunto de normas que implicitamente estabelecem um modelo contratual de acção e, por outro, uma institucionalização das funções de regulação nas áreas social, económica e política (Mozzicafredo, 1994). Todavia, como sustenta este autor, os desafios que se colocam hoje aos sistemas políticos são outros. Os problemas do desemprego em situação de crescimento das economias, da exclusão social, da degradação de alguns dos componentes dos direitos sociais, do forte constrangimento fiscal sobre os cidadãos, o excesso de apropriação corporativa dos recursos e benefícios sociais e económicos (diferente poder de persuasão dos diferentes corpos sócio-económicos que actuam junto dos mecanismos institucionais de concertação social) são algumas das consequências resultantes dos mecanismos instituídos neste modelo político de funcionamento do Estado, constituindo razões que levarão a uma redefinição do papel do Estado e dos parceiros sociais na sociedade.

As principais críticas de que a nova abordagem contratual das políticas públicas⁶ tem sido alvo têm que ver com o facto de ela ignorar que as dinâmicas sociais são atravessadas por relações de poder, de negligenciarem o conflito e de evacuarem o elemento político. O fenómeno da concertação desenvolve-se essencialmente em termos de arranjos neo-corporativistas, o que favorece os interesses mais bem organizados, como os que se organizam em torno de corpos” profissionais, podendo conduzir a processos de precarização e exclusão de sectores ou grupos sociais menos organizados e sem “voz”.

⁴ Isto no sentido de se comparar os efeitos de “baixa intensidade”, com um “carácter mitigado”, da reestruturação em Portugal comparativamente com os outros países da União Europeia que fizeram parte do projecto. Para a sua explicação, será importante convocar a especificidade da configuração sócio-histórica assumida pelo Estado-providência português.

⁵ Por conseguinte, a pretexto de uma despolitização, de uma economia competitiva e inovadora, a lógica que parece imperar é a do mercado e do seu valor supremo e inquestionável – aliás para alguns autores ocupa o lugar central do sagrado de outrora – “sacralização do mercado” (Moreno, 1999).

⁶ São várias as críticas dirigidas a este modelo de gestão privada e assente na contratualização de relações de trabalho. Uma delas é a de estar perante uma novo “*One Best Way*”: os princípios de gestão por objectivos são definidos independentemente dos contextos e situações de aplicação; o achatamento/ descentralização das estruturas profissionais são acompanhadas pelo controlo financeiro e coordenação orçamental, o que induz à existência de desequilíbrios nos processos de tomada de decisão; não há qualquer atenção por parte desta teoria à dimensão comportamental da intervenção dos profissionais; e, por último, não se confere qualquer especificidade à “coisa pública”, já que o cidadão/ utente é um cliente como qualquer outro cliente numa lógica de mercado.

Referências bibliográficas

- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press Beck, Ulrich (2000), *Brave New World of Labour*, Cambridge, Polity Press
- Boltanski, Luc, Chiapello, Ève (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard
- Burrage, M., & Torstendahl, R. (Eds.) (1990). *Professions in theory and history: rethinking the study of the professions*. London: Sage.
- Carapinheiro, G.; Rodrigues, M. L. (1998), "Profissões: protagonismos e estratégias", in J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora/CIES, pp. 147-309.
- Castells, Manuel (1996), *The rise of Network Society, The Information Age. Economy, Society and Culture*, Vol. 1, Britain, Blackwell Publishers.
- Dubar, C. (1991), *La Socialisation. Constructions des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta
- Dubar, C. e Tripier, P. (1998), *Sociologie des professions*, Paris, Armand Colin.
- Evetts, Julia (2003), "The sociological analysis of professionalism: occupational change in the modern world", *International Sociology*, XVIII (2), pp. 395-415.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Gonçalves, Carlos Manuel (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Kickert, Walter J.M. (ed.) (1997). *Public Management and Administrative Reform in Western Europe*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Lucas, Yvette; Dubar, Claude (orgs) (1994), *Genèse et dynamique des groupes professionnelles*, Lille, Presses Universitaires de Lille
- Marques, A. Paula (2006), *Entre o Diploma e o Emprego: A Inserção Profissional dos Jovens Engenheiros*, Porto. Afrontamento.
- Moreno, I. (1999), "Globalización, ideologías sobre el trabajo y culturas del trabajo", *Areas*, n.º 19, pp. 17-34.
- Mozzicafredo**, Juan P. (1994), "O Estado-Providência em transição" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 16 pp.: 11-40.
- Olgati, V. Orzack, L. e Sacks, M. (éd.) (1998), *Professions, identity, and order in comparative perspective*, Santamaría, Oñati Papers - 4/5.
- Osborne, Stephen, P. (ed.) (2002), *Public Management. Critical Perspectives. Vol III - Reforming Public Management*, Routledge: London & New York
- Santos, B. S. (1998), *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares, Gradiva.
- Sennett, Richard (2001), *A Corrosão do Carácter: As Consequências Pessoais do trabalho no Novo Capitalismo*, Lisboa, Terrama.